

19 MAI 1987

Para desgragar o Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

Na medida em que as esquerdas cuidam de ampliar o domínio do Estado sobre a sociedade, trabalham contra a liberdade, a qual desprezam no afã de perseguir uma igualdade utópica, porque inatingível. Exemplo dos males que podem causar essas correntes de pensamento, que, embora aparentemente minoritárias na Assembleia Nacional Constituinte, vão dominando-a no grito, é o extraiado da proposta da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), no sentido de criar-se nos jornais "Conselhos Editoriais", que a lei regulará posteriormente para determinar a organização, a composição e o funcionamento deles. Essa idéia não é nova e a representante de Pernambuco perfilou-a, segundo o noticiário corrente, por influência do presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, o qual se insurge contra a liberdade de imprensa que corresponda a dos empresários dos meios de comunicação, visto que tais empresários "defendem seus próprios pontos de vista". Pretende o jornalista que os pontos de vista por que se batalhasse fossem os de terceiros, abrindo mão os responsáveis pelos jornais e revistas de suas idéias e convicções?

O que se quer, de fato, nessa nova investida contra a liberdade de imprensa, é ressuscitar uma sugestão soçada, posta a nu nestas Notas há pouco mais de ano. Na Carta de Brasília, de abril de 1986, essa mesma federação advogava a instituição de um Conselho Nacional de Comunicação (com denominação idêntica à que a deputada subscreve agora, na Constituinte), em que se representariam até as nações indígenas e em que ficariam pendurados, nos veículos da imprensa escrita, conselhos editoriais, a significar, de fato, intervenção indevida no exercício da propriedade dos jornais e revistas — que são sociedades anônimas ou por cotas e cuja orientação deve refletir o pensamento dos acionistas ou dos cotistas. Estes, por terem empenhado capital na empresa, têm o direito de eleger os diretores que responderão por ela. Recorde-se que se a empresa quebrar o prejuízo será de quantos investiram para que se formasse e operasse. Logo, ao risco que correm, há de corresponder o direito de decidir por ela, sobretudo no tocante à linha doutrinária (e não ideológica) a adotar.

Que é que se quer, com esses conselhos editoriais? Transferir o poder de decisão a um órgão que manterá subordinação ao poder público, que acabará dispondo da prerrogativa de intervir no veículo de comunicação e ditar-lhe normas, que sancionariam, evidentemente, os cacoeiros que distinguem a ação das esquerdas. Na mesma linha de raciocínio é que a Federação Nacional de Jornalistas resolvera encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte um pleito, concitando-a a transformar as sociedades jornalísticas em sociedades civis, sem fins lucrativos. Se isso desse certo, por que não teria sido providenciado há mais tempo, aqui e lá fora?

A tentação de estatizar a informação e a opinião que a comunicação de massa oferecem ao público é típica do totalitarismo. Em tempo próprio, a Sociedade In-

teramericana de Imprensa já ergueu sua voz contra proposição apresentada à Unesco pela União Soviética, que sonhava (e sonha) com a criação de uma agência noticiosa internacional estatal para atender ao Terceiro Mundo e estabelecer o que se convencionou denominar "nova ordem internacional de informação". Esse projeto, promovendo a interferência indevida do Estado na imprensa, mereceu o repúdio de todos os democratas, nos países em que existe liberdade. Por que as esquerdas não tratam de imprimir seus jornais e suas revistas e conquistar adeptos para o definitivo controle da sociedade pelo poder público? Que tem a dizer sobre essa iniciativa a deputada Cristina Tavares, de que, infelizmente, não se pode dizer que é uma combatente da democracia no Congresso?

Aliás, cumpre proclamar, alto e bom som, que são representantes das esquerdas adversárias da liberdade os relatores das subcomissões formadas na Constituinte. Daí os pareceres que vêm emitindo, reveladores de sua submissão a princípios ideológicos que nada têm que ver com os ideais acalentados pela imensa maioria do povo brasileiro, que sabe muito bem o que ocorre no plano internacional e vê o mundo dividido entre regimes de liberdade em que prevalece a força do Direito (sempre suscetíveis de ser aperfeiçoados) e regimes em que o Estado policial impõe o direito da força — e nos quais quem falar na inovação de conselhos editoriais se arrependerá amargamente. Ora, esses relatores, foram designados pelo líder do PMDB, o senador Mário Covas, que não ignorava como trabalhariam e que pontos de vista defenderiam. Conclua-se, portanto, que o Sr. Covas é denodado defensor de uma Lei Magna que desvie este país definitivamente para os invidiosos caminhos apontados pela esquerda, com o conseqüente sacrifício das liberdades públicas, tanto mais explícitas e respeitadas quanto o poder do Estado se encolha e não saia a campo para encilhar a sociedade.

Diz-se que a maioria dos parlamentares com assento no Congresso pertence ao centro, repudia radicalismo e também a pletora do Estado na atividade da Nação, quer preservar o direito de propriedade e lutar pela edificação de um regime em que se consagrem as franquias individuais e a liberdade — política e econômica. Pois, então, cabe lembrar que está na hora de organizar-se essa maioria e fazer saber a quem possa interessar que a futura Constituição se moldará por princípios aptos a entronizar aqui uma democracia. Do contrário, o que vai acontecer é que vingarão as intenções sinistras da deputada Tavares e seus parceiros de convicções, para alegria do líder Mário Covas, que os contemplou com sua preferência, os protege e estimula e lhes apóia as mágicas que querem fazer para escrever uma Constituição retrógrada, que acabará de desgragar o Brasil.

Transcrito de O Estado de S. Paulo